

Sexta-Feira

Teresina, 16 de outubro de 2015



DIÁRIO

do Povo do Piauí

ENVIE DENÚNCIAS, FOTOS,
VÍDEO E SUGESTÕES DE PAUTA.



WhatsApp

(86) 98121-9514

Não esqueça de se identificar.

TCE suspende terceirização de hospitais

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) determinou ontem a suspensão do processo de transferência da gestão do Hospital Regional Justino Luz, de Picos, para o Instituto de Gestão e Humanização (IGH), uma Organização Social da Bahia. Os conselheiros decidiram pela realização de uma auditoria no processo de habilitação da OS. ● [PÁGINA 3](#)

CGE vai fazer auditoria na folha do Estado

A Controladoria Geral do Piauí (CGE-PI) vai realizar auditoria na Folha de Pagamento dos Servidores do Estado. A medida foi tomada para atender as recomendações do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) para que o Estado respeite os limites de despesa com pessoal, estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). ● [PÁGINA 3](#)

Pedro Alcântara

Jornalista

pedrotamancopi@gmail.com

TCE suspende terceirização de hospitais

O Tribunal de Contas do Estado aprovou, na sessão desta quinta-feira, parecer do Conselheiro Kennedy Barros recomendando ao governador Wellington Dias que suspenda por cinco dias o início da terceirização do hospital Justino Luz, de Picos. No mesmo documento, o TCE recomenda que o governo suspenda em definitivo novos contratos que alcançariam os hospitais Tibério Nunes (Floriano), Chagas Rodrigues (Piripiri), Dirceu Arcoverde (Parnaíba) e Dr. João Machado (Corrente). O TCE acolheu denúncia feita pelos deputados Rubem Martins, Gustavo Neiwa, Dr. Pessoa e Marden Menezes.

Picos

No caso de Picos, o TCE recomenda a suspensão por apenas cinco dias, enquanto seja feita uma auditoria, tendo em vista que há uma liminar da Justiça que garante o contrato com a OS da Bahia.

Os outros

Para os outros hospitais, a recomendação da corte de contas é para suspender a terceirização por tempo indeterminado até que todos os contratos sejam analisados e auditados.

Zózimo Tavares

zozimotavares@ig.com.br

TCE entra na terceirização da saúde

O Tribunal de Contas do Estado determinou ontem, por unanimidade, a realização de uma auditoria no processo de habilitação da Organização Social - OS para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde do Hospital Regional Justino Luz, de Picos.

A medida cautelar, proferida pelo conselheiro Kennedy Barros, recomenda ao secretário de Saúde que se abstenha de seguir com o processo até que se tenha uma decisão do TCE a respeito.

O Tribunal de Contas realizou ontem audiência pública sobre a terceirização dos hospitais.

Auditoria

A auditoria que será efetivada pela Controladoria Geral do Estado vai observar a situação dos enquadramentos dos servidores públicos em relação aos respectivos Planos de Cargos; pagamento dos vencimentos e subsídios etc.

TCE-PI determina suspensão de terceirização de hospitais

Os conselheiros querem que o Estado explique o processo de transferência da gestão dos hospitais de Picos, Parnaíba e Floriano

CATARINA SANTIAGO
REPORTER DE POLÍTICA

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) determinou ontem, através de medida cautelar, que o Governo do Estado suspenda o processo de transferência da administração do Hospital Regional Justino Luz, de Picos (306 quilômetros ao sul de Teresina), para Instituto de Gestão e Humanização (IGH), uma Organização Social da Bahia. Os conselheiros decidiram por unanimidade pela realização de uma auditoria no processo de habilitação da OS para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde do Hospital Regional Justino Luz. A decisão atinge ainda os hospitais de Parnaíba e Floriano.

O TCE recomenda ainda que o secretário estadual de Saúde, Francisco Costa, interrompa a atuação de qualquer outra organização social na execução de serviços de outros hospitais regionais, como o de Floriano (Hospital Regional Tibério Nunes), até que o Tribunal se manifeste acerca do processo. Os conselheiros querem que o Estado, através da Secretaria Estadual de Saú-



CONSELHEIROS do TCE-PI decidiram ontem por unanimidade pela suspensão da terceirização dos hospitais regionais

de, explique o processo de transferência da gestão do hospital para a OS.

"Notificamos o secretário (Francisco Costa) para que ele exponha os motivos que levam o Estado a proceder dessa forma e verificar se todos os procedimentos estão sendo cumpridos de maneira legal, para que, posteriormente, o TCE possa se manifestar sobre a liminar", disse o conselheiro Kennedy Barros, relator do processo no Tribunal. A Secretaria Estadual de Saúde informou ao Diário do Povo que só irá se pronunciar sobre a recomendação do TCE-PI quando receber oficialmente a notificação do Tribunal.

A assessoria do órgão con-

firou que o contrato de gestão entre o Governo do Estado e o Instituto de Gestão e Humanização (IGH), que irá administrar o Hospital Justino Luz de Picos, foi assinado ontem. Segundo a Sesapi, a partir de agora começa efetivamente o processo de transferência, com reuniões entre a equipe do hospital e da IGH.

APOIO NA ASSEMBLEIA - Os deputados Marden Menezes (PSDB) e Rubem Martins (PSB) declararam apoio à medida cautelar do TCE-PI que recomenda a suspensão do processo de entrega dos hospitais regionais para administração de Organizações Sociais. Marden declarou que o processo de terceirização do hospital

de Picos foi "viciado, cheio de falhas" e indicarsido "um jogo de cartas marcadas". Já Rubem Martins afirma que o Governo do Estado não está encaminhando o processo de forma "correta, o que levou o TCE a tomar essas decisões".

Marden Menezes, Rubem Martins participaram de audiência pública realizada anteontem em Floriano para debater a proposta de terceirização do Hospital Regional Tibério Nunes. Os deputados Dr. Pessoa (PSD), Joel Rodrigues (PTB) e Gustavo Neiva (PSB) também estiveram presentes. O destaque, segundo eles, foi a posição contrária dos servidores. O assunto vai ser discutido na Assembleia Legislativa.

Robert Rios pede investigação de processo

O deputado Robert Rios (PDT) requereu ontem da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Piauí que seja solicitado ao procurador-geral de Justiça do Estado do Piauí, Cleandro Alves Moura, investigação das ações do Governo do Estado relacionadas à terceirização dos hospitais regionais e a

contratação de empresas para realizar o Mutirão da Catarata, que está sendo realizado nos hospitais públicos de várias cidades do Estado, como Picos e Valença.

"Estou pedindo ao procurador-geral de Justiça do Piauí que crie uma força tarefa de promotores e procuradores para investigar os atos criminosos que estão sendo prati-

cados contra a saúde do nosso Estado", afirmou Robert, referendo-se à entrega da administração dos hospitais regionais de Picos, Floriano e Parnaíba para organizações sociais. O parlamentar alertou ainda que há falha no edital para contratação de empresas para realizar o Mutirão da Catarata.

Segundo Robert, consta no

documento que empresas locais não poderão concorrer, o que indicaria a suposta condução do processo de escolha das empresas de fora do Estado, como a Organização Social Instituto de Gestão e Humanização (IGH), da Bahia que deve assumir o Hospital Regional Justino Luz. (CS)

Controladoria Geral vai fazer auditoria na folha de pagamento do Estado

A Controladoria Geral do Piauí (CGE-PI) vai realizar auditoria na Folha de Pagamento dos Servidores do Estado. A medida foi tomada para atender as recomendações do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) para que o Estado respeite os limites de despesa com pessoal, estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A recomendação do TCE-PI foi dada na semana passada. O controlador-geral do Estado, Darcy Siqueira, disse que o governador Wellington Dias determinou a realização da auditoria.

Ontem, ele reuniu uma equipe da CGE e foi formada uma comissão de auditores para conduzir o trabalho. Para realizar a auditoria, a CGE utilizará a base de dados do Estado e terá o suporte da Controladoria-Geral da União (CGU). Segundo Darcy Siqueira, a auditoria visa observar principalmente a situação dos enquadramentos dos servidores públicos em relação aos respectivos planos de cargos, carreiras e salários; pagamento dos vencimentos e



REUNIÃO da Controladoria Geral do Estado: auditoria na folha de pagamento dos servidores públicos estaduais

subsídios conforme legislação pertinente e eventuais acúmulos de cargos em desconformidade com a Constituição Federal.

O Piauí é um dos 10 estados que não ultrapassou o limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) com o pagamento dos salari-

os de servidores, mas está no limite de alerta de gastos. De acordo com o controlador-geral, a medida se faz necessária para manter o equilíbrio financeiro do Estado. De acordo com o Relatório de Gestão Fiscal referente ao segundo quadrimestre de 2015, o gasto com pessoal do Poder Execu-

tivo Estadual foi de 46.17% da Receita Corrente Líquida, ainda abaixo do limite prudencial. "Esse percentual ultrapassou o limite de alerta, que é de 44.10% da Receita Corrente Líquida, mas está aquém do limite prudencial (46.55%)", informou o controlador.

LÍDER EM CREDIBILIDADE

O DIA

Hospital de Picos

Tribunal de Contas determina auditoria em contratação de Organização Social

Corte de Contas recomendou ainda ao Secretário estadual de saúde que não dê seguimento ao processo até finalização da auditoria

João Magalhães
Repórter

O Tribunal de Contas do Estado determinou ontem (15) uma auditoria no processo de contratação de uma Organização Social para gerir o Hospital Regional Justino Luz, da cidade de Picos. O plenário da corte de contas seguiu parecer do conselheiro Kennedy Barros, que recomenda o secretário de Estado da Saúde, Francisco Costa, a não seguir com o processo até que o TCE decida definitivamente a respeito.

A O DIA, o conselheiro Jaylson Campelo, que participou da sessão, informou que há muitos questionamentos sobre o processo de contratação da Organização Social. "Há falta de otimismo, de posicionamento do Conselho Estadual e do Conselho Municipal de Saúde, há sus-

peitas também, por parte dos sindicatos, de que a Organização foi escolhida antes do processo legal de contratação e da falta de transparência do processo", diz Campelo.

Segundo ele, a auditoria vai ajudar a solucionar essas dúvidas. O TCE também emitiu recomendação que por enquanto, a Sesapi paralise os processos de contratação de Organizações Sociais para gestão dos Hospitais de Florianópolis e Oeiras.

Em contato com o secretário de Saúde, Francisco Costa, através da assessoria de imprensa, informou que a Secretaria só vai se manifestar sobre a decisão do TCE após que for notificada formalmente.

Antes da decisão do TCE, o secretário Francisco Costa já tinha informado que o Governo optou por contratar uma Organização Social



Conselheiro Jaylson Campelo explica que há suspeitas de que a Organização tenha sido definida antes do processo legal para gerir o Hospital de Picos como uma forma de melhorar o atendimento a população da região, tendo em vista que atualmente os serviços não estão sendo prestados de forma satisfatória.

→ Sexta-feira

TERESINA ANO XX
16 2015 Nº 8484

meionorte.com

FECHAMENTO

23h10
CAPITAL E INTERIOR R\$ 2,50
OUTROS ESTADOS R\$ 3,00

DÓLAR

Compra Venda
Comercial 3,799 3,800
Turismo 3,780 4,000

VALORES

Poupança 0,67%
IMSS 20%
IR 15%

EURO

Compra Venda
4,319 4,324

TEMPO

Nascente 5h30
Poente 17h43
Máxima 40º
Mínima 22º



meionorte

criticasesugestoes@meionorte.com

TERESINA (PI), CAPITAL DO MEIO-NORTE DO BRASIL



AUDITORIA

● A Controladoria-Geral do Piauí (CGE-PI), por determinação do governador Wellington Dias, vai realizar auditoria na folha de pagamento dos servidores do Estado. A medida foi tomada para atender as recomendações do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) para que o Estado respeite os limites de despesa com pessoal, estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).



Decisão foi por unanimidade - 15/10/2015 às 14h16

TCE decide por auditoria em processo de privatização de hospitais regionais

'A sociedade precisa ser ouvida. Saúde pública é um serviço essencial para população'

[Curtir](#) [Tweet](#) [G+1](#) [Compartilhar](#)

PODIUM
CONCURSOS
Liderando a melhor
equipe de professores
• Guarda Municipal • PRF
• Seduc-MA • INSS e Tribunais
(86) 3304-5831 / 3304-5633



O manual para quem quer vencer na vida



Na manhã dessa quinta-feira (15), no Tribunal de Contas do Estado (TCE), os Conselheiros decidiram por unanimidade a realização de uma auditoria na questão da privatização do Hospital Justino Luz em Picos e a recomendação da suspensão da Concessão do Hospital Tibério Nunes de Floriano, a uma organização [social](#), até que seja averiguado a legalidade de todo processo de concessão.

O deputado Rubem Martins (PSB), preocupado com a possível privatização dos hospitais e a inconformidade de informações referentes às garantias dos servidores e servidoras da saúde dessas unidades, participou também na quarta-feira (14) de uma audiência pública realizada na Câmara Municipal de Floriano.

"São muitos pontos a serem questionados e esse diálogo com servidores, prefeitos, vereadores e deputados se fizeram necessários. [Queremos](#) entender porque as entidades da área da saúde não foram ouvidas antes que se desse início ao processo de privatização", indagou o deputado Rubem Martins.

Os deputados Gustavo Neiva, Dr Pessoa, Mardem Menezes e Joel Rodrigues participaram da audiência, além do Prefeito Municipal Gilberto Júnior, representantes da Secretaria de Estado da Saúde e dos [conselhos](#) e sindicatos de classe.

"A [sociedade](#) precisa ser ouvida. Saúde pública é um serviço essencial para população e passar o gerenciamento de hospitais regionais para uma organização social de Salvador (BA) deve ser analisada com muito cuidado", finalizou o parlamentar.

Secretário foi notificado - 15/10/2015 às 16h00

TCE fará auditoria no processo de terceirização no Hospital de Picos

Curtr

0

Tweet

0

G+1

0

Compartilhar

0

0

Conheça como funciona o 180 por dentro



Centro Empresarial Shopping Rio Poty

LANÇAMENTO TORRE B

DANTAS
NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS

(86) 3233-8038 / 9916-7171 / 9424-1874
Av. Dom Severino, 2300 - Horto - Teresina-PI

A administração do Hospital de Picos ainda vai dar muito o que falar. Desta vez, o TCE-PI, determinou, por unanimidade, a realização de uma auditoria no processo de habilitação da Organização Social para o gerenciamento dos serviços de saúde do Hospital Regional Justino Luz.

A medida cautelar, proferida pelo Conselheiro Kennedy Barros, recomenda ao secretário de Saúde, Francisco Costa, que se abstenha de seguir com o processo até que se tenha uma decisão do TCE. Determina como medida preventiva a suspensão liminar da atuação da organização nos hospitais de Oeiras e Floriano.

"Notificamos o secretário para que ele exponha os motivos que levam o estado a proceder dessa forma e verificar se todos os procedimentos estão sendo cumpridos de maneira legal", explicou.



Repórter: Jhone Sousa - Direto de Fortaleza (CE)
Publicado Por: Jhone Sousa

W. Dias determina e CGE fará auditoria na folha de pagamento dos servidores

Para realizar a auditoria, a CGE utilizará a base de dados do Estado

 Curtir 1  Tweet 0  G+ 0  Compartilhar  



**PODIUM
CONCURSOS**
Liderando a melhor
equipe de professores

- Guarda Municipal • PRF
- Seduc-MA • INSS e Tribunais

(86) 3304-5831 / 3304-5633



**Conheça as atitudes de
pessoas de sucesso!**



A Controladoria-Geral do [Piauí](#) (CGE-PI), por determinação do governador Wellington Dias, vai realizar auditoria na Folha de Pagamento dos Servidores do Estado. A medida foi tomada para atender as recomendações do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) para que o Estado respeite os limites de despesa com pessoal, estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Na manhã desta quinta-feira (15), o controlador-geral Darcy Siqueira reuniu uma equipe da CGE para definir os passos do [trabalho](#). Na ocasião, foi formada uma comissão de auditores e definido o escopo da auditoria.

A auditoria visa observar, principalmente, a situação dos enquadramentos dos servidores públicos em relação aos respectivos Planos de Cargos, Carreiras e Salários; [pagamento](#) dos vencimentos e subsídios conforme legislação pertinente e eventuais acúmulos de cargos em desconformidade com a Constituição Federal.

O Piauí é um dos 10 estados que não ultrapassou o limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) com o pagamento dos salários de servidores e

de acordo com o controlador-geral, a medida se faz necessária para manter o equilíbrio financeiro do Estado.

Segundo Darcy Siqueira, no Relatório de Gestão Fiscal referente ao segundo quadrimestre de 2015, o gasto com pessoal do Poder Executivo Estadual foi de 46.17% da Receita Corrente Líquida, ainda abaixo do limite prudencial. "Esse percentual ultrapassou o limite de alerta que é de 44.10% da Receita Corrente Líquida, mas está aquém do limite prudencial (46.55%)", informou o controlador.

Para realizar a auditoria, a CGE utilizará a [base](#) de dados do Estado e terá o suporte da Controladoria-Geral da União (CGU).

"Nós vamos iniciar os trabalhos estudando legislação, comparando os quantitativos com legislação e em parceria com a CGU vamos trazer metodologia já utilizada pela União para aplicarmos no Estado. Com esse sistema, faremos cruzamento de informações dos servidores públicos federais com estaduais para verificar se está havendo acúmulo indevido de cargos e vamos checar com órgãos de prefeituras, as disposições. Os propósitos são verificar se estão dentro da legalidade, da transparência e buscar eficiência, para que possamos municiar tanto o secretário de Administração como o governador com informações estratégicas para a tomada de decisões", explicou o controlador.



Pedro Alcântara

Pedro Alcântara

TCE recomendou barrar contrato - 16/10/2015 às 08h33

Governo ainda não foi notificado sobre a terceirização de hospitais no interior

Curtir Tweet G+1 Compartilhar

O governo do Estado ainda não foi notificado sobre a recomendação do Tribunal de Contas do estado para barrar os contratos de terceirização dos hospitais do interior. A informação é do [secretário](#) de Saúde, médico Francisco Costa. Ele informou que tão logo seja oficialmente informado, se reunirá com sua equipe para analisar o que o TCE esta recomendando.

Costa informou eu o governo está aberto para dialogar com todos os segmentos [interessados](#) sobre o assunto, inclusive a classe médica. Para ele, esse é o [melhor](#) caminho para fazer os hospitais cumprirem a meta de atendimento a população. Ele garantiu que nenhum servidor público lotado nos hospitais será prejudicado nos seus direitos trabalhistas. "Ninguém será tolhido no seu direito. O que vai mudar é a direção. O servidor mesmo sendo público, terá como chefe uma pessoa que não é o quadro como se fosse um comissionado", disse o secretário.



15/10/2015 - 15h20

[Tribunal de Contas](#)

A+ aumentar fonte A- diminuir fonte

TCE recomenda suspensão de mudanças em hospitais regionais

O TCE ainda determinou a abertura de uma auditoria no processo de mudança de gestão no Hospital Regional de Picos.

LUIZ CARLOS JÚNIOR, DO GP1

Atualizada em 15/10/2015 - 19h21

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí recomendou, nesta quinta-feira (15), que o processo de mudança de gestão nos hospitais regionais do Piauí seja interrompido pelo Governo do Estado e expediu recomendação ao secretário de Saúde, Francisco Costa, para que o mesmo não prossiga com a mudança na gestão do Hospital Regional de Picos, Justino Luz, sem antes discutir com a sociedade, através dos conselhos profissionais e entidades de classe, além de cumprir todas as formalidades formais.

O TCE ainda determinou a abertura de uma auditoria no processo de mudança de gestão no Hospital Regional de Picos.

O deputado Marden Menezes (PSDB) comemorou a decisão do Tribunal de Contas e voltou a afirmar que existem irregularidades no processo licitatório que escolheu a organização social que assumirá a gestão do Hospital Justino Luz.

Imagem: Luiz Carlos Júnior/GP1



“O Tribunal de Contas do Estado deu uma aula de altivez e de sabedoria ao impedir esse processo de terceirização nos demais hospitais regionais e recomendar ao secretário de Saúde que, com relação ao Hospital Justino Luz, de Picos, porque lá o caso já está andando, o TCE expedirá uma recomendação para que o secretário não concretize essa mudança de gestão, sem antes discutir completamente com a sociedade”, afirmou.

De acordo com o parlamentar, antes do término do processo licitatório a empresa que venceu o certame já estava fazendo levantamentos no hospital de Picos.

“Nós apresentamos as provas cabais de que esse processo do qual resultou com a vitória da IGH, e não se sabe sequer se outra entidade se habilitou a concorrer, é um processo viciado, recheado de falhas, de ilegalidades e de arbitrariedades que denotam ser um jogo de cartas marcadas. Antes da conclusão do processo, representantes da IGH já estavam lá fazendo levantamentos. Uma empresa passar a operar dentro de um hospital antes mesmo de vencer a concorrência já é a prova cabal de irregularidades”, disse o deputado.

Hospital Regional de Picos

No final do mês de setembro a terceirização do Hospital Regional de Picos, Justino Luz, gerou [polêmica na Assembleia](#). Os deputados da oposição, liderados por Marden Menezes, denunciaram que o processo de mudança de gestão do hospital estava sendo feito sem que houvesse uma discussão com as partes envolvidas. Uma comitiva de deputados chegou a ir a Picos, onde os parlamentares participaram de um [ato contra a terceirização do hospital](#).

O processo de mudança de gestão está previsto para acontecer nos principais hospitais regionais do Piauí. Após o Hospital Regional de Picos, o próximo a passar por mudanças seria o Hospital Tibério Nunes, de Floriano.

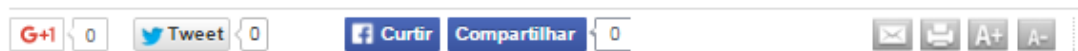


GOVERNO

CGE FARÁ AUDITORIA NA FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES DO ESTADO

A AUDITORIA VISA OBSERVAR, PRINCIPALMENTE, A SITUAÇÃO DOS ENQUADRAMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS EM RELAÇÃO AOS RESPECTIVOS PLANOS DE CARGOS, CARREIRAS E SALÁRIOS

16/10/2015 08:49



A Controladoria-Geral do Piauí (CGE-PI), por determinação do governador Wellington Dias, vai realizar auditoria na Folha de Pagamento dos Servidores do Estado. A medida foi tomada para atender as recomendações do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) para que o Estado respeite os limites de despesa com pessoal, estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Na manhã desta quinta-feira (15), o controlador-geral Darcy Siqueira reuniu uma equipe da CGE para definir os passos do trabalho. Na ocasião, foi formada uma comissão de auditores e definido o escopo da auditoria.

A auditoria visa observar, principalmente, a situação dos enquadramentos dos servidores públicos em relação aos respectivos Planos de Cargos, Carreiras e Salários; pagamento dos vencimentos e subsídios conforme legislação pertinente e eventuais acúmulos de cargos em desconformidade com a Constituição Federal.

O Piauí é um dos 10 estados que não ultrapassou o limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) com o pagamento dos salários de servidores e de acordo com o controlador-geral, a medida se faz necessária para manter o equilíbrio financeiro do Estado.

Segundo Darcy Siqueira, no Relatório de Gestão Fiscal referente ao segundo quadrimestre de 2015, o gasto com pessoal do Poder Executivo Estadual foi de 46.17% da Receita Corrente Líquida, ainda abaixo do limite prudencial. "Esse percentual ultrapassou o limite de alerta que é de 44.10% da Receita Corrente Líquida, mas está aquém do limite prudencial (46.55%)", informou o controlador.

Para realizar a auditoria, a CGE utilizará a base de dados do Estado e terá o suporte da Controladoria-Geral da União (CGU).

“Nós vamos iniciar os trabalhos estudando legislação, comparando os quantitativos com legislação e em parceria com a CGU vamos trazer metodologia já utilizada pela União para aplicarmos no Estado. Com esse sistema, faremos cruzamento de informações dos servidores públicos federais com estaduais para verificar se está havendo acúmulo indevido de cargos e vamos checar com órgãos de prefeituras, as disposições. Os propósitos são verificar se estão dentro da legalidade, da transparência e buscar eficiência, para que possamos municiar tanto o secretário de Administração como o governador com informações estratégicas para a tomada de decisões”, explicou o controlador.

Fonte: Ascom CGE/PI

TCE-PI determina auditoria em processo de terceirização em hospital de Picos

Medida cautelar recomenda ao secretário de Saúde que se abstenha de seguir com o processo até que se tenha uma decisão do TCE a respeito

Repórter: Publicado por: Sávvia Barreto
15/10/2015 15h49 - Atualizado em 15/10/2015 15h55



O Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI), determinou na manhã de hoje, 15, por unanimidade, a realização de uma auditoria no processo de habilitação da Organização Social – OS para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde do Hospital Regional Justino Luz, localizado em Picos.

A medida cautelar, proferida pelo Conselheiro Kennedy Barros, recomenda ao secretário de Saúde que se abstenha de seguir com o processo até que se tenha uma decisão do TCE a respeito. Determina, também, como medida preventiva, a suspensão liminar da atuação da organização nos hospitais de Oeiras e Floriano, até que a Corte de Contas se manifeste acerca do processo.

“Notificamos o secretário para que ele exponha os motivos que levam o Estado a proceder dessa forma e se todos os procedimentos estão sendo cumpridos de maneira legal, para que posteriormente o TCE possa se manifestar sobre a liminar”, explicou o conselheiro relator.

ENTENDA

O Governo do Piauí obteve um resultado favorável na Justiça na última terça-feira (13) no qual foi suspensa a liminar que solicitava a suspensão/interrupção do contrato de gestão entre o Estado e a Organização Social sem fins lucrativos (OS) Instituto de Gestão e Humanização para a administração do Hospital Regional Justino Luz, localizado em Picos. A decisão é do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Raimundo Eufrásio Alves Filho.

Na decisão, o desembargador argumenta que a liminar contrariava os interesses públicos e que o contrato de gestão, de nenhuma maneira, altera a natureza pública dos serviços do Hospital Justino Luz. Cita ainda que uma interrupção do contrato "poderá causar danos ao atendimento dos cidadãos que necessitam dos serviços médicos".

O desembargador ressalta ainda que cabe ao Poder Executivo escolher os meios adequados para atingir os fins pretendidos, no caso, o atendimento de Saúde da população.



Secretário de Saúde, Francisco Costa (Foto: Jorge Henrique Bastos)

O secretário de Estado da Saúde, Francisco Costa, considerou positiva a decisão. "Foi realizado um estudo durante oito meses com avaliações de experiências nesse modelo de gestão que se mostrou mais resolutivo e que dá respostas mais rápidas à população. Vamos com bons olhos esse entendimento do TJ de que é possível fazer esse trabalho com a OS. Amanhã vamos assinar o contrato e emitir a ordem de serviço. A nossa equipe de apoio vai atuar no processo de transição", afirma o gestor, acrescentando que a nova modalidade deve estar disponível à população já nesta semana.

Wellington determina auditoria na folha de pagamento do Estado

Para realizar a auditoria, a CGE utilizará a base de dados do Estado e terá o suporte da Controladoria-Geral da União (CGU)

Repórter: Publicado por: Sávya Barreto
15/10/2015 16h03 - Atualizado em 15/10/2015 16h03



Controlador Darcy Siqueira / Foto: Ascom

A Controladoria-Geral do Piauí (CGE-PI), por determinação do governador Wellington Dias, vai realizar auditoria na folha de pagamento dos servidores do Estado. A medida foi tomada de forma a atender as recomendações do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) para que o Estado respeite os limites de despesa com pessoal, estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Leia mais: Com a folha de pagamento em R\$

300 milhões, Piauí entra em estado de alerta

Na manhã desta quinta-feira (15), o controlador-geral Darcy Siqueira reuniu uma equipe da CGE para definir os passos do trabalho. Na ocasião, foi formada uma comissão de auditores e definido o escopo da auditoria.

A auditoria visa observar, principalmente, a situação dos enquadramentos dos servidores públicos em relação aos respectivos Planos de Cargos, Carreiras e Salários; pagamento dos vencimentos e subsídios conforme legislação pertinente e eventuais acúmulos de cargos em desconformidade com a Constituição Federal.

O Piauí é um dos dez estados que não ultrapassou o limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) com o pagamento dos salários de servidores do Estado e de acordo com o controlador-geral do Estado, a medida se faz necessária para manter o equilíbrio financeiro do Estado.

Segundo Darcy Siqueira, no Relatório de Gestão Fiscal referente ao segundo quadrimestre de 2015, o gasto com pessoal do Poder Executivo Estadual foi de 46.17% da Receita Corrente Líquida, ainda abaixo do limite prudencial. "Esse percentual ultrapassou o limite de alerta que é de 44.10% da Receita Corrente Líquida, mas está aquém do limite prudencial (46.55%)", informou o controlador.

Para realizar a auditoria, a CGE utilizará a base de dados do Estado e terá o suporte da Controladoria-Geral da União (CGU).

"Nós vamos iniciar os trabalhos estudando legislação, comparando os quantitativos com legislação e em parceria com a CGU vamos trazer metodologia já utilizada pela União para aplicarmos no Estado. Com esse sistema, faremos cruzamento de informações dos servidores públicos federais com estaduais para verificar se está havendo acúmulo indevido de cargos e vamos checar com órgãos de prefeituras, as disposições. Os propósitos são verificar se estão dentro da legalidade, da transparência e buscar eficiência, para que possamos municiar tanto o secretário de Administração como o governador com informações estratégicas para a tomada de decisões", explicou o controlador

TCE determina auditoria em processo de privatização de hospitais

15/10/2015 • 18:17

A medida cautelar, proferida pelo Conselheiro Kennedy Barros, recomenda ao secretário de Saúde que se abstenha de seguir com o processo até que se tenha uma decisão do TCE a respeito. Determina, também, como medida preventiva, a suspensão liminar da atuação da organização nos hospitais de Oeiras e Floriano, até que a Corte de Contas se manifeste acerca do processo.

"Notificamos o secretário para que ele exponha os motivos que levam o Estado a proceder dessa forma e se todos os procedimentos estão sendo cumpridos de maneira legal, para que posteriormente o TCE possa se manifestar sobre a liminar". Explicou o Conselheiro relator.



O deputado Rubem Martins (PSB), preocupado com a possível privatização dos hospitais e a inconformidade de informações referentes às garantias dos servidores e servidoras da saúde dessas unidades, participou também na quarta-feira (14) de uma audiência pública realizada na Câmara Municipal de Floriano.

"São muitos pontos a serem questionados e esse diálogo com servidores, prefeitos, vereadores e deputados se fizeram necessários. Queremos entender porque as entidades da área da saúde não foram ouvidas antes que se desse início ao processo de privatização", indagou o deputado Rubem Martins.



Os deputados Gustavo Neiva, Dr Pessoa, Mardem Menezes e Joel Rodrigues participaram da audiência, além do Prefeito Municipal Gilberto Júnior, representantes da Secretaria de Estado da Saúde e dos conselhos e sindicatos de classe.

"A sociedade precisa ser ouvida. Saúde pública é um serviço essencial para população e passar o gerenciamento de hospitais regionais para uma organização social de Salvador (BA) deve ser analisada com muito cuidado", finalizou o parlamentar.

CGE fará auditoria na folha de pagamento do Estado

16/10/2015 • 08:15

Notícia



Da Redação do Portal AZ

A Controladoria-Geral do Piauí (CGE-PI), por determinação do governador Wellington Dias, vai realizar auditoria na Folha de Pagamento dos Servidores do Estado. A medida foi tomada para atender as recomendações do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) para que o Estado respeite os limites de despesa com pessoal, estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

O controlador-geral Darcy Siqueira se reuniu na manhã da última quinta-feira (15), com uma equipe da CGE para definir os passos do trabalho. Na ocasião, foi formada uma comissão de auditores e definido o escopo da auditoria.

A auditoria visa observar, principalmente, a situação dos enquadramentos dos servidores públicos em relação aos respectivos Planos de Cargos, Carreiras e Salários; pagamento dos vencimentos e subsídios conforme legislação pertinente e eventuais acúmulos de cargos em desconformidade com a Constituição Federal.



O Piauí é um dos 10 estados que não ultrapassou o limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) com o pagamento dos salários de servidores e de acordo com o controlador-geral, a medida se faz necessária para manter o equilíbrio financeiro do Estado.

Segundo Darcy Siqueira, no Relatório de Gestão Fiscal referente ao segundo quadrimestre de 2015, o gasto com pessoal do Poder Executivo Estadual foi de 46.17% da Receita Corrente Líquida, ainda abaixo do limite prudencial. "Esse percentual ultrapassou o limite de alerta que é de 44.10% da Receita Corrente Líquida, mas está aquém do limite prudencial (46.55%)", informou o controlador.

Para realizar a auditoria, a CGE utilizará a base de dados do Estado e terá o suporte da Controladoria-Geral da União (CGU).

"Nós vamos iniciar os trabalhos estudando legislação, comparando os quantitativos com legislação e em parceria com a CGU vamos trazer metodologia já utilizada pela União para aplicarmos no Estado. Com esse sistema, faremos cruzamento de informações dos servidores públicos federais com estaduais para verificar se está havendo acúmulo indevido de cargos e vamos checar com órgãos de prefeituras, as disposições. Os propósitos são verificar se estão dentro da legalidade, da transparência e buscar eficiência, para que possamos municiar tanto o secretário de Administração como o governador com informações estratégicas para a tomada de decisões", explicou o controlador.